

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 661.319 - SP (2015/0028499-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : EVERSON TOBARUELA
ADVOGADO : ANA CARLA VASTAG RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP185152
AGRAVANTE : MÁRCIA MELLITO ARENAS
ADVOGADO : MÁRCIA MELLITO ARENAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP109998
AGRAVADO : BANCO BMD S/A - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : RENATA DE LARA RIBEIRO BUCCI E OUTRO(S) - SP224034
MARELIZA JORGE LUNA - SP304422
AGRAVADO : EVERSON TOBARUELA
ADVOGADO : ANA CARLA VASTAG RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP185152
AGRAVADO : MARCIA MELLITO ARENAS
ADVOGADO : MÁRCIA MELLITO ARENAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP109998

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE. ALEGAÇÃO GENÉRICA A VARIADOS DISPOSITIVOS LEGAIS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL E INCOMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

DECISÃO

EVERSON TOBARUELA (EVERSON) E MÁRCIA MELLITO ARENAS (MÁRCIA) opuseram embargos ao mandado de pagamento expedido em ação monitória de contrato de abertura de crédito que lhes move BANCO BMD S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL (BANCO BMD).

O juízo de piso julgou os embargos à monitória improcedentes constituindo o título judicial, na forma do art. 1.102c, § 3º, do CPC/73 (e-STJ, fls. 285/291).

O Tribunal de origem negou provimento aos apelos de EVERSON E MÁRCIA nos termos da seguinte ementa:

CONTRATOS BANCÁRIOS. 1. Cerceamento de defesa. Inexistência. Elementos dos autos suficientes para o

esclarecimento das questões. 2. Prescrição intercorrente. Não ocorrência. Processo que em momento nenhum ficou paralisado, nem deixou o credor de atender a qualquer determinação do Juízo. 3. "As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional" (Súmula 596 do STF). 4. Não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa que comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo, salvo se justificada pelo risco da operação. 5. Não há de se falar em capitalização no caso de financiamentos em parcelas fixas, onde em regra os juros já são calculados de início e diluídos ao longo do prazo, portanto não ocorrendo incidência de novos juros sobre aqueles anteriores. Recurso não provido (e-STJ, fl. 516).

Os embargos de declaração opostos por EVERSON E MÁRCIA foram rejeitados (e-STJ, fls. 575/581).

Inconformada, MÁRCIA interpôs recurso especial com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 331 e 535 do CPC/73, sob os fundamentos de (1) negativa de prestação jurisdicional; e, (2) inobservância de hipossuficiência da parte (e-STJ, fls. 584/607).

EVERSON também interpôs recurso especial com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, sustentando violação dos arts. 283 do CPC/73; e, 189 e 206, § 5º, I, do CC/02, sob os seguintes argumentos (1) ausência de documentos essenciais a propositura da ação monitória e sua obstacularização a sua defesa; (2) a inexistência de citação válida não impede o magistrado de reconhecer a prescrição; e, (3) dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 610/650).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 662/672 e 674/682).

O apelo especial de EVERSON não foi admitido na origem sob os seguintes fundamentos (a) ausência de ofensa aos dispositivos legais tidos por violados; (b) incidência da Súmula nº 7 do STJ; e (c) inexistência de comprovação do dissídio jurisprudencial (e-STJ, fls. 694/695).

EVERSON, então, interpôs o presente agravo (e-STJ, fls. 701/736).

As contraminutas foram apresentadas (e-STJ, fls. 774/780 e 782/787).

É o relatório.

DECIDO.

A insurgência de EVERSON não merece prosperar.

Vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) e (2) Da alegada ausência de documentos essenciais a propositura da ação monitória e da prescrição

Inicialmente, EVERSON limitou-se a sustentar que houve a afronta aos arts. 283 do CPC/73; e, 189 e 206, § 5º, I, do CC/02, não tendo detalhando, de forma clara e precisa, como e em que medida o acórdão recorrido os teria violado.

Ressalta-se que a simples menção ao regramento, feita de maneira esparsa e sem demonstração de ofensa aos dispositivos legais, bem como a mera alegação de afronta à legislação sem especificar de que modo teria concretamente ocorrido a vulneração não suprem a exigência de fundamentação adequada do recurso especial, incidindo, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, que dispõe: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 170, §1º, DA LEI Nº 6.404/76, 467 E 471 DO CPC DE 1973. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 371 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. INVIABILIDADE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA DE TRIBUNAL SUPERIOR E FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. VALOR CORRETO DA COTAÇÃO DA AÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. RENDIMENTOS DOS DIVIDENDOS. SÚMULA 284 DO STF.

1. Em relação à alegada ofensa aos arts. 170, §1º, da Lei nº 6.404/76, 467 e 471 do CPC/73, não se vislumbra a aduzida violação por falta de articulação de argumentos jurídicos a embasar tal assertiva, caracterizando deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. "Incabível a análise de recurso especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, que tenha por fundamento

violação de enunciado ou súmula de Tribunal Superior". (AgRg no AREsp 462.700/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/05/2014, DJe 05/06/2014).

3. A matéria referente ao critério do balancete mensal para a apuração do valor patrimonial da ação não foi apreciada pelo Tribunal de origem, carecendo do indispensável prequestionamento.

4. O acolhimento da pretensão recursal acerca do correto valor da cotação da ação demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

5. No tocante ao tema dos rendimentos dos dividendos, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal tido por violado caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.

(AgInt no AREsp 802.042/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 29/8/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. ADOÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Esta Corte já se posicionou no sentido de não ser desprovido de fundamento o julgado que ratifica as razões de decidir adotadas na sentença, transcritas no corpo do acórdão.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da ocorrência dos danos materiais e morais demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar de modo preciso como teria ocorrido a violação legal. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

(AgRg no AREsp 473.327/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 20/6/2016)

(3) Do dissídio jurisprudencial

Verifica-se que não foi feita a indicação clara e precisa dos dispositivos

de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, o que evidencia a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair o óbice da Súmula nº 284 do STF.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REAVALIAÇÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA N. 284/STF. DECISÃO MANTIDA.

[...]

4. O conhecimento do recurso especial, fundamentado na alínea "a" ou na alínea "c" do permissivo constitucional, exige a indicação dos dispositivos legais supostamente violados ou que foram objeto de interpretação divergente. Ausente tal requisito, incide a Súmula n.

284/STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1034448/AM, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 16/06/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. HOSPITAL E COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE. VÍNCULO. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. INCIDÊNCIA. DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. SOFRIMENTO FETAL. RECÉM-NASCIDO. SEQUELAS GRAVES E PERMANENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. APLICAÇÃO ANALÓGICA.

[...]

3. Se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno não provido

(AgInt no AREsp 970.226/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 1/6/2017)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se, ainda, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts.1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

